

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 125.507 - AC (2020/0080021-2)**

**RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ**  
**RECORRENTE : NICKSON DANTAS GONCALVES (PRESO)**  
**ADVOGADO : KEVEN ROGER ARAUJO CAMELO - MG195256**  
**RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ACRE**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido de liminar, interposto por NICKSON DANTAS GONÇALVES contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Acre proferido no HC n.º 1000053-62.2020.8.01.0000.

Consta nos autos que, em 27/11/2019, o Recorrente, juntamente com corréus (sendo um adolescente), foi condenado às penas de 9 (nove) anos e 10 (dez) meses de reclusão, em regime inicial fechado, e ao pagamento de 130 (cento e trinta) dias-multa, pela prática dos delitos previstos nos arts. 155, § 4.º, inciso IV, do Código Penal e 244-B da Lei n.º 8.069/1990, porque subtraíram 15 (quinze) aparelhos celulares, sendo 07 (sete) LGK 10, 03 (três) Samsung J7 prime, 03 (três) Samsung J1 mine, 02 (dois) celulares marca multilaser avaliados em R\$ 9.120,00 (nove mil e vinte reais) [sic], e a quantia de R\$ 600,00 (seiscentos reais), pertencente ao proprietário do estabelecimento comercial. **A prisão preventiva foi decretada por ocasião da prolação da sentença condenatória** (fls. 96-100).

Irresignada com a custódia cautelar, a Defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, que denegou a ordem, em acórdão assim ementado (fl. 149):

*"CONSTITUCIONAL. PENAL. PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. FURTO QUALIFICADO. CORRUPÇÃO DE MENOR. SENTENÇA CONDENATÓRIA. DECRETAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. RECORRER EM LIBERDADE. IMPOSSIBILIDADE. DECISÃO CAUTELAR FUNDAMENTADA. PRESSUPOSTOS PREENCHIDOS. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA E APLICAÇÃO DA LEI PENAL. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. APLICAÇÃO DE MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO. INADMISSIBILIDADE. MANUTENÇÃO PREVENTIVA NECESSÁRIA.*

*1. Decretada a prisão preventiva na sentença condenatória e fundamentada de forma incorreta, torna-se inviável ao agente recorrer em liberdade.*

*2. As condições pessoais favoráveis não garantem a revogação*

*da prisão preventiva quando há nos autos elementos hábeis a recomendar a manutenção da custódia.*

*3. Impossível aplicar as medidas cautelares diversas da prisão, eis que a segregação cautelar foi decretada de acordo com fatos concretos apurados até o momento.*

*4. Habeas Corpus conhecido e denegado."*

Neste writ, a Defesa sustenta, em suma, que (fls. 5-6):

*"Primeiramente, não há de se falar em garantia da aplicação da lei Penal. O suposto crime ocorreu em 10 de janeiro de 2018, ou seja, há pouco mais de 2 (dois) anos, sendo que nesse período o Paciente compareceu em todos os atos processuais (apresentou resposta à acusação, compareceu à audiência de instrução e julgamento) e sempre fora localizado com muita facilidade em sua residência pelo Oficial de Justiça e não seria agora que ele iria se furtar da tutela jurisdicional do estado.*

*Vale destacar, que o argumento de que o quantum de anos de pena arbitrada em sentença poderia causar a fuga do Paciente é um critério meramente subjetivo, e quando se trata principalmente da liberdade tudo tem que ser dentro do campo da objetividade e clareza."*

Requer, em liminar e no mérito, a concessão de liberdade provisória ao Recorrente, com ou sem a aplicação de medidas cautelares diversas.

É o breve relatório. Passo a decidir o pedido urgente.

A prisão preventiva deve se apoiar em dados concretos extraídos dos autos, indicando prova da materialidade do delito e indícios suficientes de autoria (*fumus comissi delicti*), assim como a necessidade da cautela (*periculum libertatis*), segundo o disposto no art. 312 do Código de Processo Penal.

Todavia, na hipótese em apreço, o Juiz de Direito – no que foi acompanhado pelo Tribunal estadual – decretou a prisão preventiva nos seguintes termos (fl. 100):

*"Nego ao condenado o benefício de apelar em liberdade, tendo em vista que o quantum da pena m aplicada enseja que o condenado se evada com o intuito de furtar-se ao cumprimento da pena, desta forma, necessário decreto de prisão preventiva para garantia da aplicação da lei penal. Com efeito, tendo em vista que a conduta adotada pelo condenado transgride a ordem pública que se encontra seriamente ameaçada com sua permanência em liberdade, em razão da gravidade da conduta, evidenciada pelo modus operandi do delito e a total insensibilidade frente ao grave crime cometido. Além da gravidade concreta do delito, a sua prisão cautelar se faz necessária para evitar a prática de outros delitos. Ademais, compartilho do entendimento de que a preservação da ordem*

*pública abrange a promoção daquelas providências de resguardo à integridade das instituições, à sua credibilidade social e ao aumento da confiança da população nos mecanismos oficiais de repressão às diversas formas de delinquência. - 'É válido decreto de prisão preventiva para a o garantia da ordem pública, se fundamentado no risco de reiteração da(s) conduta(s) delitiva(s) (HC 84.658).' (HC 85.248/RS, Primeira Turma, E Rel. Min. Carlos Britto, DJU de 15/06/2007). Dessa forma, a natureza do crime, suas circunstâncias, a desenvoltura da condenada tornam aconselhável a sua segregação cautelar com a finalidade de preservar a segurança, a tranquilidade, a ordem pública, acautelando, destarte, o meio social da reprodução de fatos criminosos de igual gravidade, bem como a credibilidade da justiça.*

*Desta forma, determino o imediato cumprimento da pena imposta. Nego ao condenado o direito de recorrer em liberdade, em consequência, DECRETO A PRISÃO PREVENTIVA do Condenado, com espeque no Enunciado FONAJDC n°.19 - 'Em razão de elementos verificados na instrução, pode o magistrado decretar na sentença a segregação cautelar do réu que respondeu ao processo em liberdade'."*

Na hipótese, a decisão de primeiro grau não indica circunstância concreta que demonstrasse o *periculum libertatis* ocorrida ao longo do período em que o Recorrente permaneceu solto, deixando de justificar concreta e adequadamente em que medida a liberdade do Sentenciado poderia comprometer a ordem pública ou econômica, ou, ainda, a aplicação da lei penal, bem como a insuficiência das medidas previstas no art. 319 do Código de Processo Penal.

Exemplificativamente:

*"PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. ESTUPRO DE VULNERÁVEL PRISÃO PREVENTIVA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. AUSÊNCIA DE CONTEMPORANEIDADE. ORDEM CONCEDIDA. RATIFICADA LIMINAR.*

*1. A validade da segregação cautelar está condicionada à observância, em decisão devidamente fundamentada, aos requisitos insertos no art. 312 do Código de Processo Penal, revelando-se indispensável a demonstração de em que consiste o periculum libertatis.*

*2. No caso foi determinada pelo Tribunal de origem a custódia cautelar, apesar de os pacientes terem respondido soltos ao processo, sem que fosse apresentada fundamentação atual, que pudesse justificar a imposição de prisão preventiva aos pacientes. Eles estavam há dois anos respondendo soltos ao processo e cumprindo adequadamente medidas cautelares a eles impostas pelo Juízo de origem.*

*3. Os fundamentos invocados para a decretação da prisão não apresentam relação de contemporaneidade com a fase em que se encontra a ação penal. Ou seja, não se trata de fato novo, conforme exige a jurisprudência firmada por esta Corte.*

4. Ademais, o Parquet estadual apresentou suas alegações finais requerendo 'seja julgado improcedente o pedido, absolvendo-se os réus com fundamento no art. 386, VII do Código de Processo Penal'.

5. 'Pacífico é o entendimento de que a urgência intrínseca às cautelares, notadamente à prisão processual, exige a contemporaneidade dos fatos justificadores dos riscos que se pretende com a prisão evitar: HC 214921/PA - 6ª T - unânime - Rel. Min. Nefi Cordeiro - DJe 25/03/2015; HC 318702/MG - 5ª T - unânime - Rel. Min. Reynaldo Soares da Fonseca - DJe 13/10/2015' (RHC n. 119.975/CE, relator Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 17/12/2019, DJe 4/2/2020).

6. Ordem concedida, ratificada a liminar." (HC 546.804/RJ, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 03/03/2020, DJe 12/03/2020.)

**"HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. MOTIVO TORPE. MEIO CRUEL. RECURSO QUE DIFICULTOU OU TORNOU IMPOSSÍVEL A DEFESA DA VÍTIMA. SENTENÇA. DIREITO DE RECORRER EM LIBERDADE CONCEDIDO NO ÉDITO CONDENATÓRIO. CONDENAÇÃO CONFIRMADA EM SEGUNDO GRAU DE JURISDIÇÃO. PRISÃO PREVENTIVA DECRETADA PELO TRIBUNAL A QUO NO ÂMBITO DO RECURSO DEFENSIVO DE APELAÇÃO. RÉUS QUE PERMANECERAM SOLTOS DURANTE TODA A INSTRUÇÃO CRIMINAL, POR MAIS DE OITO ANOS. INEXISTÊNCIA DE FATO NOVO APTO A RESPALDAR O ENCARCERAMENTO. AUSÊNCIA DE CONTEMPORANEIDADE. ORDEM CONCEDIDA.**

1. A prisão preventiva materializa-se como exceção às regras constitucionais e, como tal, sua incidência em cada caso concreto deve vir motivada e fundamentada em elementos novos ou contemporâneos que demonstrem a sua efetiva necessidade no contexto fático-probatório apreciado, sendo inadmissível sem a existência de razão sólida e individualizada a motivá-la, especialmente com a edição e entrada em vigor da Lei n. 13.964/2019, em que a segregação deve ser empregada como última medida para garantir a ordem pública e a ordem econômica, para a conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria e perigo gerado pelo estado de liberdade do imputado (art. 312 do Código de Processo Penal).

2. No caso, os pacientes responderam em liberdade à instrução criminal (mais de 8 anos) e obtiveram o direito de assim recorrer no édito condenatório. Em que pese a gravidade concreta dos atos por eles praticados, não serviu tal circunstância para a decretação da segregação cautelar desde o início da ação penal, de forma que não poderá, agora, embasar a prisão provisória, pois flagrante a ausência de contemporaneidade entre a situação que revela perigo concreto e o momento da decretação da prisão.

3. Ordem concedida para revogar a prisão preventiva decretada em desfavor dos pacientes." (HC 549.914/SC, Rel. Ministro JORGE

# Superior Tribunal de Justiça

MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 18/02/2020, DJe 13/03/2020.)

Em conclusão, registro que as condições subjetivas favoráveis ao Recorrente, "*conquanto não sejam garantidoras de eventual direito à soltura, merecem ser devidamente valoradas, quando não for demonstrada a real indispensabilidade da medida constritiva*" (RHC 108.638/MG, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 07/05/2019, DJe 20/05/2019).

Ante o exposto, DEFIRO o pedido liminar para que possa o Recorrente responder ao processo em liberdade, se por outro motivo não estiver preso, advertindo-o da necessidade de permanecer no distrito da culpa e atender aos chamamentos judiciais, sem prejuízo de nova decretação da prisão preventiva, se concretamente demonstrada sua necessidade cautelar, ou de imposição de outras medidas alternativas, nos termos do art. 319 do Código de Processo Penal, até o julgamento final deste *writ*.

Comunique-se, com urgência, ao Tribunal de Justiça do Estado do Acre e ao Juízo de primeira instância.

Solicitem-se informações pormenorizadas ao Tribunal *a quo* e ao Juízo de origem sobre a tramitação da ação penal, solicitando-lhes, ainda, a chave de acesso às informações processuais.

Após, remetam-se os autos ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de abril de 2020.

MINISTRA LAURITA VAZ  
Relatora